

NASSAU, QUARENTA ANOS DEPOIS

Gilberto Osório de Andrade
Pesquisador do Depto. de
Ciências Geográficas da
Fundação Joaquim Nabuco

Quarenta é número arredondado. Foram quarenta e dois os anos que passaram entre o tricentenário da chegada de Maurício de Nassau ao Brasil e o tricentenário da sua morte em Cleve, na Prússia, com 75 anos.

Como é a pretexto das duas efemérides que me proponho a dar um testemunho — um testemunho comparativo, aliás — acho bom remontar às primeiras preocupações que me ocorreram, quando menino ainda, a propósito do Brasil holandês. Desejoso de motivar por assuntos históricos os preparatorianos do seu Ginásio do Recife, o padre Felix Barreto entendeu, um belo dia, de simular um júri histórico cujo réu se chamava Calabar. Pareceria hoje o seu tanto despropositado, se não mesmo absurdo, renovar o julgamento desse mameluco a quem ficaram devendo os invasores uma boa parte do sucesso afinal consumado contra a resistência comandada por Matias de Albuquerque. Naqueles tempos, porém, os tempos do velho Ginásio do Recife — era a década de vinte — ainda se questionava a felonía de Calabar. Lembro-me de que um dos nossos mais loquazes professores sustentava, quando provocado, a tese sensacional de ter sido ele um precursor da nossa independência, e não um traidor propriamente. É possível que Jorge Cahu assim fizesse principalmente para dar vazão aos impulsos contestatórios do seu temperamento. Ou talvez também porque ainda era moda ostentar um patriótico rancor pelos portugueses, azeda herança do "mata mata marinheiro" dos

meados do século passado. Fiado em que eu — pobre de mim! — seria um dos ouvintes mais sensibilizados pela facúndia do professor de História, atribuiu-me o padre Felix a condição de patrono de Calabar perante o tribunal.

Resisti muito, resmungando evasivas. Pareciam-me altamente indigesto o mandato e indefensável o réu. Mas meu colega Álvaro Lins, aluno também do Ginásio do Recife, com refinada malícia acabou convencendo-me de que aquilo era um desafio e não me ficaria bem deixar de levantar a luva.

Meti-me na tertúlia vociferando heróicos ideais emancipacionistas do mestiço. Por conta da massuda e inverossímil apologia de Mendes Leal romantizei-lhe uma altivez, uma frustração amorosa e um nobre ressentimento de que história nenhuma dá notícias. De sua captura e esquitejamento em Porto Calvo rabisquei um desengonçado episódio de martírio. E apesar da pachorrentamente documentada argumentação do promotor — e talvez por isso mesmo — o acusado foi, não sem surpresa minha, inocentado. Por oito votos contra um, o júri absolveu Domingos Fernandes Calabar.

O promotor era um estudante secundário, como eu, e como Álvares Lins nascera em Caruaru e ali morava. Chamava-se Dilermando Pimentel Alves e cedo descobri a verdadeira razão do meu simulacro de vitória forense. Álvaro trouxera de Caruaru umas contas pessoais a ajustar com Dilermando, e cabalara na sombra de tal modo que os jurados exculpavam Calabar de toda a aleivosia sem perceberem que estavam, na verdade, avacalhando o promotor por ter deixado escapar-lhe uma causa *a priori* triunfal.

Nada disso, porém, tem o que ver com o que se segue. E tampouco o teria a lembrança de que, entre 1937 e 1979, houve um tricentenário que esteve sob meus cuidados: foi o tricentenário da Restauração Pernambucana em 1954, sendo Etelvino Lins governador do Estado e eu acumulando com as funções de secretário de Educação e Cultura a presidência da Comissão Organizadora e Executiva das comemorações, com o fecundo apoio, aliás, de Jordão Emerenciano, já então diretor do Arquivo Público Estadual. Talvez esteja eu, aqui, com essas evocações, tentando qualificar-me como depoente. Pois é um depoimento o que ora trago, e não uma dissertação esclarecida e douta.

Aí pelos começos de 1936 foi esboçada uma intenção oficial de fazer de janeiro do ano seguinte um mês de acontecimentos culturais no Recife. O Governador era Carlos de Lima Cavalcanti e o pretexto para as solenidades seria o tricentenário daquele 21 de janeiro de 1637, quando chegara a Pernambuco o conde Maurício de Nassau.

Privei com o Governador Lima Cavalcanti enquanto era um dos redatores de ambos os jornais que ele fundara, o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde*, e anos depois, sendo Lima Cavalcanti deputado federal e eu o líder da bancada udenista na Assembléia Legislativa do Estado, voltamos a entreter um assíduo convívio. Conheci bem, por isso, seus princípios e sua índole, mas prefiro confirmar Luiz Delgado, que participou de sua *entourage* governamental durante vários anos. Tinha um temperamento "vibrátil, inquieto, incansável". "Atirava-se, de corpo e alma, ao que lhe parecia justo e a sua honestidade intuitiva e essencial, que o conduziu em nobres jornadas, nunca o deixou confundido e perplexo nas outras em que por engano se envolveu e cujo erro ou malícia tardiamente descobriu". De corpo e alma arremeteu com a empresa de celebrar o Recife a pretexto do relevo que lhe dera Nassau, e foi só tardiamente que afinal descobriu o quanto de malícia concorrera para a frustração dessa iniciativa.

Seu prestígio incontestável de chefe, no Nordeste, da Revolução de 1930 e a grande irradiação nacional que o "*Diário da Manhã*" tinha alcançado desde sua fundação em 1927 e que vinha mantendo ainda depois, tudo foi empenhado por Lima Cavalcanti, sobretudo nos círculos intelectuais da capital da República, para comunicar expressão grandiloquente às comemorações de 1937. Historiadores e pensadores como Pedro Calmon e Barbosa Lima Sobrinho estavam entre os que logo acudiram ao chamado. Da primeira reunião, no Rio, da grande comissão por Lima Cavalcanti convocada e presidida, participavam Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, Max Fleuiss, do Instituto Histórico e Geográfico, o historiógrafo Afonso de Taunay, José Mariano Filho, patrono do movimento arquitetônico "neocolonial", Gastão Cruis, Celso Vieira, Ildelfonso Falcão e um representante do chanceler José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores. Numa segunda reunião, a 21 de maio de 1936, realizada no palácio do Itamarati, estiveram também presentes o Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, um representante do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, outros do Ministério do Exterior, da Academia Brasileira de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, da Escola Nacional de Belas Artes, do Museu Nacional, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Museu Paulista. A fração de escritores ilustres juntavam-se agora os pernambucanos Gilberto Freyre e Olegário Mariano.

Isso dá uma razoável medida, acreditamos, do nível em que as comemorações iam sendo planejadas. E quanto a quem as estava promovendo valerá a pena repetir o autor que o apelidou de "Um grande de Pernambuco"; "como todo fidalgo de legítima nobreza, não sabendo ser demagogo, ele era, por índole, um democrata, sem insinceridades nem artificios".

Tudo fora concebido em termos de comemorações eminentemente culturais pretextadas pela presença dum personagem que tinha comunicado a um confuso amontoado de armazéns de açúcar e cabanas de pescadores uma condição urbana, a da Mauriciópolis, que está na origem remota do Recife de hoje. O comitê que no plano estadual fora encarregado de programar as comemorações não poderia estar mais acima da suspeita de "festejar o invasor", como bem cedo seria rancorosamente assoalhado. Dessa comissão central executiva — lê-se nos jornais recifenses de maio de 1936 — faziam parte o secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, como presidente, e representantes da Associação Comercial, do Sindicato dos Industriais de Algodão, da Associação dos Empregados no Comércio, da Associação dos Comerciantes Retalhistas e doutras entidades do gênero. Pretendia-se aproveitar a oportunidade para realizar aqui uma Conferência Nacional Algodoeira, e pelo menos uma Exposição de Indústria e Comércio seria montada no Recife. Os escritores Willy Lewin e Manuel de Sousa Barros organizariam uma subcomissão de Propaganda e Publicidade. A de Controle Artístico ficava a cargo de Manuel Bandeira, o pintor, e mais de Luiz Jardim e Percy Lau, artistas plásticos igualmente. Cogitou-se da emissão dum selo nassoviano e Lauro Montenegro, secretário da Agricultura, lembrou a necessidade de fazer-se um convite a Gilberto Freyre para escrever um livro sobre o assunto.

Na imprensa local, ao registar essa primeira aproximação com o programa das festas, o *Diário de Pernambuco* apoiava a iniciativa, embora sem maior entusiasmo, contanto que não se confundissem Maurício de Nassau e o Brasil holandês. No mais estava bem, arrematava uma "Vária", coluna escrita diariamente por Aníbal Fernandes. Que na "Vária" do dia imediato insistia de novo: evitado o equívoco, "o príncipe pode reunir — Aníbal sentenciava — em seu derredor a todo o mundo". O *Jornal do Commercio*, contudo, portou-se de modo algo solerte, para não dizer de maneira velhaca. Ao cabo dum daqueles seus "batelões" de última página — eram apelidados assim os compactos editoriais do órgão dirigido por F. Pessoa de Queiroz — sugeria-se candidamente que era o caso de se homenagear também Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiêre, em São Luís do Maranhão. . . Em São Luís, na verdade, já se tinha o erigido garboso busto de bronze de Daniel de La Touche, que se conserva agora em frente do Palácio do Governo do Estado.

Abertamente contra o que se projetava, vinha abrindo já manchetes garrafais o mensário *Fronteiras*, de Manuel Lubambo. Em vão o *Diário da Manhã* repetia em editoriais que ninguém estava pensando em "cortejar a Companhia das Índias". No Rio de Janeiro, onde se encontrava a serviço de interesses do Estado, Lima Cavalcanti presidia sucessivas reuniões da comissão que convocara a nível nacional e o programa das comemorações, proposto por Gilberto Freyre, abrangia uma exposição bibliográfica na Biblioteca Nacional, uma edição de

Barleu em português, publicação d' "O domínio colonial holandês no Brasil" de Hermann Watjen, tradução dos livros de Piso e de Margrave, reedição de algumas obras de Alfredo de Carvalho e de José Higino, divulgação dos documentos holandeses existentes no Instituto Histórico e Geográfico e mais uma série de conferências na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, ficando ainda estabelecido que o Ministério das Relações Exteriores promoveria a vinda, inclusive para serem copiados aqui, de quadros de pintores flamengos sobre motivos brasileiros, para o que já estabelecia contactos em Haia um irmão do governador, Caio de Lima Cavalcanti, do corpo diplomático ali acreditado. O Ministério da Educação, por sua vez, propunha-se a fazer uma recomendação a todos os estabelecimentos de ensino secundário do país no sentido de que fossem enfatizadas aulas sobre o Brasil holandês. Cogitava-se de estimular o turismo em Pernambuco durante as comemorações e um prêmio no valor de dez contos de réis seria instituído para o melhor trabalho que se escrevesse acerca de Nassau.

A dimensão das comemorações, suas exposições, conferências, correspondiam claramente, portanto, às motivações culturais da iniciativa. Mas o mensário *Fronteiras*, num avantajado editorial que ocupava quase todas as páginas do seu número de junho, transtrocando deliberadamente a essência do argumento retrucava que o problema não era cultural, mas cívico e moral, e que servindo a uma companhia de piratas, Nassau, ele mesmo, era um pirata.

Em telegrama expedido para o Recife o Governador Lima Cavalcanti, pronto sempre a enfrentar provocações, protestou contra a falsa interpretação que estavam dando. Mantinha-se inteira a fidelidade do seu governo à tradição histórica dos Guararapes, mas não era atentar contra essa tradição enaltecer em Nassau sua fecunda presença no Recife bem como a daqueles pintores, cientistas e artistas de sua comparsaria, que tinham tornado "mundialmente conhecidas nossa terra e nossa gente". Ao mesmo tempo Barbosa Lima Sobrinho corria a esclarecer, por um jornal do Rio, que as comemorações não visavam as empresas militares de Nassau, mas o relevo que ele comunicara ao nascente e obscuro Recife do século XVII.

Já então esbravejava a polêmica e a furiosa insistência dos que esconjuravam Nassau trazia à liça, de novo, Lima Cavalcanti, indignado contra a alegação de que aquilo era "falta de pundonor nacional", como se se tratasse de comemorar uma invasão bem sucedida. No Recife os meios estudantis entraram de rijo na peleja. A começar pelos acadêmicos de Direito, que contestavam tratar-se duma "celebração de piratas holandeses", e em seguida por alunos do Liceu Pernambucano. Mas o belicoso periódico *'Fronteiras'* reiterava imperturbavelmente que "no Brasil ainda é um sucesso de lógica provar que não se deve home-

nagear um invasor". Implantara-se na questão mais do que uma discordância. Era ao som de caixas de guerra que se travavam as discussões e acabaria afinal consumadamente contrafeita a perspectiva do que o Governador Lima Cavalcanti pretendia realmente fazer.

Quem poderia ter previsto tempestade tamanha? Sem falar dos cronistas e historiadores de parcialidade holandesa, a regra geral entre nós vinha sendo enaltecer a figura do conde de Nassau e a experiência que teve no Brasil. Mesmo da parte do seu contemporâneo na cidade Maurícia, o frei Manuel Calado, do *Valeroso Lucidando*, a referência que se colhe é elogiosa, se não mesmo panegírica: Nassau era "o Santo Antônio dos moradores", frase que a Oliveira Lima pareceu "tão expressiva na sua religiosa ingenuidade, de quem não poderia conceber comparação mais lisonjeira".

De historiadores como Robert Southey, autor da primeira história do Brasil solidamente documentada (1810-1812), o que se tinha aprendido é que Nassau, em vez dum pirata, fora um "homem digno de ter sido o fundador do mais duradouro império", e no mesmo século XIX outro inglês, James Henderson, autor também duma *History of Brazil* editada em 1821, estranhava que Nassau não tivesse aqui um só monumento que recordasse o seu governo, nada obstante devesse ser considerado um benemérito do Recife.

Oliveira Lima transmitiu-nos desde cedo que sua obra de reorganização política fundara-se na honestidade, justiça e tolerância. Também Fernandes Gama tinha-nos ensinado que Nassau, "deixou em Pernambuco a lembrança de uma administração suave, e benéfica" e a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que vinha sendo um guardião intransigente de nossas tradições históricas, depois de publicar zelosamente a maior parte da documentação trazida por José Higinio dos arquivos neerlandeses passara a divulgar uma vez por outra artigos e ensaios em que Nassau era invariavelmente mostrado, não como um tratante, ou cúvido invasor, mas como um personagem que comunicara ao Recife uma inconfundível identidade e projetara as coisas do Brasil nas perspectivas artísticas e para-científicas da Europa do seu tempo. E da admiração que lhe votava o nosso Joaquim Nabuco ficou inclusive em testemunho o nome de Maurício, dado por ele a um dos seus filhos, depois embaixador do Brasil.

Assim Pereira da Costa, que no seu estudo acerca do governo holandês (1898), depois de assinalar que as ciências e artes tinham tido em Nassau "um protetor tão esclarecido quão zeloso", perfilhou um dito de Crane, Jo. Guil. de Crane, autor da *Oratio de Joanne Mavrisio Nassaviae Principe cognomine Americano* (Groningen, 1806), segundo quem "por toda a parte onde se estendia a sua

dominação a civilização chegava e se derramava". Louvores igualmente teceu-lhe José Veríssimo em artigo publicado no *Jornal do Commercio* do Rio e transcrito na revista do Instituto por proposta de Alfredo de Carvalho: os dotes, a capacidade e as idéias de Nassau — tinha escrito o celebrado crítico a propósito dum ensaio sobre os holandeses no Brasil — "são de muito superiores às dos governantes do seu tempo, sobretudo dos governadores coloniais da sua era". Em artigo também da revista do Instituto Arqueológico o historiógrafo Pedro Souto Maior — que em 1914 reclamava se recolhessem da igreja do Corpo Santo, que estava para ser demolida, os restos de João Ernesto, irmão, e de Carlos de Nassau, primo de Maurício, para "dar destino condigno às cinzas desses príncipes" — enaltecera a figura do governador do Brasil holandês e vários outros escritores desfilaram pela mesma tribuna não lhe poupando encômios nem expressões de gratidão histórica. Destacaremos apenas mais dois, o escritor Humberto de Campos e o professor Estêvão Pinto. De Humberto Campos foi o soneto publicado pelo Instituto em 1915, sob o título de "Maurício de Nassau", que não resistimos ao desejo de recitar aqui:

"Teu grande sonho de conquistas era,
nesta paragem despertada apenas,
o mais nobre dos sonhos de Mecenas
sonhado por Luiz da Baviera.

Palácios, sábios, mármore, amenas
horas de Gozo e de Saber . . . Em fera
região, enfim, a Capital severa
corpo de Roma, cérebro de Atenas.

Fidalgo e sábio, o Bem e o Belo amando,
se leio a História da tua Obra, ao fundo
deparo o vulto de Platão sonhando. . .

E essa aventura neste chão tristonho! . . .
Tua conquista comportava o mundo. . .
Mas nem o mundo comportou teu sonho! . . ."

Fora desse modo, no correr dos anos, que a imagem de Nassau viera sendo exaltada, proposta à admiração e até ao amor dos pósteros entre nós, e por isso discursava Barbosa Lima Sobrinho na Câmara dos Deputados, em maio de 1936, dizendo que "se nós, pernambucanos, cultuamos a memória de Nassau, é porque lá aprendemos a honrá-la". Quem poderia ter pressentido sequer que as comemorações de sua chegada a Pernambuco em 1637 iriam suscitar tão acesos recontros, altercações tão ásperas? Agora mesmo, neste ano da graça de

1979, a Universidade Federal de Pernambuco promoveu um simpósio internacional a pretexto de Nassau, isto é, a pretexto do tricentenário da morte de Nassau, e ninguém bradou aqui del-Rei contra a sua lembrança. Antes, porém, de tentarmos uma avaliação do que subjetivamente se passava nos idos de 1936, quando uma espécie de xenofobia pós-tumba assanhou-se a ponto de frustrar um cometimento legitimamente cultural, demoremos um pouco no que escrevera Estêvão Pinto em artigo de 1930 para aquela mesma revista do Instituto, revista que nunca vacilara em consagrar a memória do criador da Mauritsstadt.

“Pródigo e volutuoso rajá dos trópicos” — exclamou o professor de História da nossa Escola Normal Oficial — Nassau marcara “o ciclo mais áureo da história colonial de Pernambuco”. Fora uma “figura vandyckiana”, portadora da “mais bela bagagem de humanismo e tolerância, que adquirira nas escolas de Genebra ou de Basileia, quebrando, assim, entre nós o marasmo de uma colonização bastarda e teórica”. No seu entusiasmo Estêvão proclamava que Nassau nobilitou a terra — o “chão tristonho” de Humberto de Campos — “amando-a nos próprios defeitos de que era cheia: desde os réptis venenosos aos carcos febris. Pois a tranquilidade onde havia a guerra, a justiça onde havia a iniquidade, a civilização onde havia a barbárie, o comedimento onde havia a intolerância, o regime municipal onde havia o feudo e a inviolabilidade de consciência onde havia a inquisição e o auto de fé!” Que se editasse, pois, um livro rico e precioso, “enfeixando as páginas de ouro dos oito anos nassovianos”.

Naquela altura de 1930 ninguém se lembrou de apontar Estêvão Pinto como um cortejador da Companhia das Índias, nem de considerar “como falta de pundonor nacional glorificarem-se inimigos, patifes, aves de rapina”, tal como se exprimiria em 1936 o almirante Raul Tavares numa sua réplica a Carlos de Lima Cavalcanti. Somente então, com efeito, é que viriam a tomar vulto, no Brasil, os prenúncios dum conflito que em última análise era ideológico e que afinal culminou com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

A batalha a propósito do tricentenário da vinda de Nassau — porque foi uma verdadeira batalha o que então se feriu, ao mesmo tempo aqui e na capital do país, com particular assanhamento em maio e junho de 1936 — travou-se no Recife em termos quase somente editoriais, mas no Rio de Janeiro mobilizou muitas armas pesadas, um grande número de historiadores, pensadores, jornalistas e acadêmicos que se puseram de acordo com as comemorações. A batalha editorial do Recife foi sustentada principalmente pelos *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, de uma parte, e da outra pelo mensário *Frenteira* e pelo vespertino integralista *A Cidade*. No cabeçalho do *Diário da Manhã* continuava figurando o nome do redator-chefe dos ruidosos tempos que tinham precedido a Revolução de Trinta, mas José de Sá fora eleito senador e quem dirigia a redação era

o jornalista Carlos Rios a quem me subordinava eu como redator-secretário, e que era, aliás, bem menos impetuoso e combativo do que o antecessor. Remanescente dos primeiros redatores da pré-Revolução havia ainda José Campelo, que continuava a dirigir o *Diário da Tarde*, onde eu também trabalhava, junto com Eugênio Coimbra Júnior e Murilo Marroquim, entre outros.

Os tempos naquele 1936 estavam grávidos de presságios inquietadores. No dia mesmo em que se instalava no Recife a comissão estadual incumbida de programar as celebrações nassovianas os jornais noticiavam com grande estardalhaço a tomada de Addis Abeba pelo exército fascista do marechal Badoglio e o macabro espetáculo de hienas devorando cadáveres nas ruas da vencida capital da Abissínia. Ao mesmo tempo começavam na Espanha os agitados preâmbulos da guerra civil que iria ensanguentar o país durante mais de um ano e proporcionar adestramento para a Segunda Guerra Mundial às forças do Eixo Roma-Berlim, especialmente à Luftwaffe, cujo teste mais encarniçado foi o bombardeio da indefesa Guernica, imortalizado por Picasso numa tela famosa.

No domínio da política interna prenunciavam-se também acontecimentos inusitados. Intentos continuistas conspiravam em função do termo do mandato presidencial de Getúlio Vargas, que ocorreria em 1937, e o Governador Lima Cavalcanti, fiel à Revolução de Trinta que repudiara procedimentos análogos da república velha, negara juntamente com Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, e Juraci Magalhães, Governador da Bahia, apoio ao golpe de Estado que se estava preparando para manter Getúlio no poder. Fizera mais ainda: proclamara sua inteira adesão à candidatura presidencial de José Américo de Almeida, candidatura que afinal seria burlada pelo golpe que a 10 de novembro de 1937 instituiu no Brasil o Estado Novo. Junte-se a tudo isso o fato de que o Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, tendo logrado exercer uma grande influência sobre Getúlio e seus apaniguados, tecia ardidamente a perda e o ocaso político do Governador de Pernambuco. Num processo que fora instaurado pela União para apurar responsabilidades pela irrupção da rebelião comunista de 1935 chegou-se a fazer a imputação de que Lima Cavalcanti favorecera o movimento. O clímax dessa delação aconteceu no Rio, precisamente em junho de 1936, quando o Governador de Pernambuco estava ali, e nunca se apurou claramente como pôde ser ele convencido de que o presidente da Assembléia Legislativa, o professor Andrade Bezerra, que aliás o estava substituindo no governo do Estado durante sua ausência, tivera parte na denúncia. O fato é que Andrade Bezerra apareceu indicado como testemunha no processo criminal e no dia 20 de junho, quando Lima Cavalcanti desembarcou no Recife para reassumir o governo, foi logo anunciando que vinha determinado a romper com o presidente da Assembléia "em consequência de reuniões realizadas no Rio de Janeiro — informou seu então Secretário de Governo, Luis Delgado — algumas delas no Ministério do Traba-

lho". O depoimento de Andrade Bezerra afinal o inocentaria e Lima Cavalcanti veio a ser unanimemente absolvido. Mas o rompimento fora consumado e quando Andrade Bezerra lhe transmitiu o exercício no Recife fez-se acompanhar do comandante da 7a. Região Militar, o general Newton Cavalcanti, "alto e esguio, num perfilamento profissional, olhando para cima", descreveu-o expressivamente Luiz Delgado.

A intentona de 1935 tinha exacerbado idiosincrasias e temores anticomunistas, e isso estava contribuindo fortemente para alimentar a fogueira dum nacionalismo *à outrance*, que não só aqueceu as fornalhas ideológicas da direita — as do integralismo e do patrianovismo — como forjou os mais ferinos argumentos contra as comemorações da chegada de Nassau. Os integralistas tinham como chefe provincial em Pernambuco o diretor d' *A Cidade* Andrade Lima Filho, e o principal representante do patrianovismo, aliás convictamente monarquista, era Guilherme Auler, que integrava com Manuel Lubambo e Vicente do Rego Monteiro o corpo redacional de *Fronteiras*. Lubambo, que não se filiara a nenhum dos dois movimentos, permanecia como franco-atirador, mas nem por isso era menos temível, muito pelo contrário. Osório Borba apelidou-o de "o capanga de Deus" e sua penetração — a penetração de *Fronteiras* — nos meios mais conservadores de Pernambuco e do país, inclusive nos círculos militares, esteve na razão direta dos assomos de nacionalismo e de arregimentação contra a propalada ameaça comunista.

A batalha editorial entre os jornais de Lima Cavalcanti e os adversos não durou muito. Durou apenas pouco mais de um mês, depois veremos por que. Nesse interim transcreveram-se artigos e entrevistas, publicadas no Rio, de Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, José Mariano Filho e muitos outros, e houve um momento mesmo em que o *Diário da Manhã* julgou poder cantar vitória, com um ou dois editoriais ufanos e festivos, publicados antes do regresso de Carlos Lima Cavalcanti. Pelo *Diário da Tarde* a coluna "Notas e Comentários", atribuída sempre a José Campelo, parecera a princípio hesitar, mas acabou entrando de rijo na peleja. Uma dessas "Notas", dirigida "aos patriotas em disponibilidade", bem no estilo do mordaz José Campelo, remetia os adversários de Nassau a um artigo do escritor Celso Vieira, que chamara a atenção para os perigos da imigração nipônica. E graças a um artigo meu no *Diário da Tarde* caiu-me *A Cidade* nos costados com toda a acidez panfletária de Andrade Lima Filho, que chegou a anunciar o meu enterro, "o funeral de uma mocidade cujo destino nunca deveria ser este de se enclausurar no crepúsculo de alguma coisa que agoniza". A coisa moribunda era a democracia, que Andrade algum tempo depois esposou com fervor, mandando às favas os seus "anauês". Chegamos a trocar mensagens bem pouco amáveis até quando Abgar Soriano —

professor da Faculdade de Direito que estava sendo ninado por Andrade para sucedê-lo na chefia provincial do sigma, o que de fato mais tarde aconteceu — publicou n' *A Cidade* um apelo tocante na esperança de que encerrássemos a polêmica "para que se não rejubile a perfídia de certos maçons", dizia ele. Com o que ambos prontamente concordamos. Eu, pelo menos, não por causa dos maçons, mas porque tinha mais o que fazer.

Diante daquela plethora de artigos, transcrições, manchetes e quejandos o *Diário de Pernambuco* não se deixou ficar à margem. Principalmente através das "Várias" de Aníbal Fernandes tomou de quando em vez o partido das comemorações. De uma dessas vezes, invocando opiniões de Oliveira Lima, negava qualquer razão aos que se levantavam contra o tricentenário. Noutra oportunidade publicou com destaque incomum, na primeira página, uma entrevista pró-Nassau de Pedro Calmon. E noticiando dias depois que andava circulando nos colégios do Recife um abaixo-assinado que aliciava estudantes contra as comemorações, classificou aquilo de "uma exploração", um "movimento pretensamente nacionalista, inteiramente fora de propósito". Iniciou mesmo uma série de entrevistas com professores pernambucanos acerca de Nassau, série que não foi muito longe porque já nos fins de junho a refrega estaria terminada.

O envolvimento de estudantes na controvérsia teve os costumeiros ardores e os habituais desmentidos desse gênero de pronunciamentos. Em dado instante cento e sessenta alunos do Instituto Carneiro Leão protestaram de público contra a adesão, que lhe atribuíam, aos termos de certo manifesto divulgado pel' *A Cidade*. Contra o presidente e membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, que se tinham manifestado em prol das comemorações, alunos da velha escola houve que se valeram do jornal integralista para desautorá-los. Isso aconteceu em maio, mas ainda no mês seguinte estampavam o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde* novas declarações estudantis coletivas, simpáticas ao governador holandês. Não foi só no Recife. Universitários do Paraná telegrafaram ao general Pantaleão Pessoa, presidente da Liga de Defesa Nacional, felicitando-o por se ter oposto às comemorações, e quase ao mesmo tempo reunidos na sua Faculdade de Direito os estudantes cariocas aplaudiam o lema de que "combater Nassau é ser inimigo da civilização".

Circulando embora apenas uma vez por mês, *Fronteiras* descarregava todo o peso de sua veemência panfletária em sucessivas páginas de contestação. Contestação da "legitimidade das comemorações dum invasor". Contestação de que ao tempo de Nassau estivéssemos em estado de menoridade política, indiferentes a que a dominação fosse portuguesa ou holandesa. Contestação ainda duma alegada distinção entre a obra de Nassau e a dos flamengos invasores e, finalmente, das universalmente apregoadas virtudes do fundador de Mauritsstadt.

D^o *A Cidade*, talvez restasse dizer somente que o apodo de "aúlico de Nassau" era talvez o menos depreciativo lançado contra quem concordava em celebrar o tricentenário, e noutro título ribombante desancava o jornalista Mário Melo por ter arriscado um tímido elogio ao príncipe flamengo. O órgão integralista, aliás, além de abrir manchetes para saudar no general Newton Cavalcanti sua discordância com as celebrações, mobilizava os núcleos municipais de vários Estados para dar ênfase à campanha. Assim desfilaram pel' *A Cidade*, exaltados telegramas de "chefes municipais" do Rio Grande do Sul e doutros Estados, não tendo faltado, de resto, coléricos "anauês" de camisas-verdes do Rio Grande do Norte. Quanto ao *Jornal do Commercio* somente despertara dum acintoso mutismo para veicular a versão de que o Ministro do Exterior, recusando o Itamarati a novas reuniões da comissão nacional, teria retirado seu apoio às comemorações. O que levou Lima Cavalcanti a retrucar imediatamente pela imprensa do Rio que o diretor do *Jornal do Commercio* era um "inimigo da verdade, notável campeão de invencionices e inimigo pessoal de Nassau".

A verdade é que já na primeira reunião no palácio do Itamarati tinham repontado estranhezas. De algumas versões que não tardaram a transpirar soube-se que o almirante Raul Tavares se manifestara em tom desolado nestes termos: "se já querem entregar os troféus do Paraguai, porque não louvar a memória do mercador holandês?". Alguns, pelo menos, dos troféus conquistados na guerra do Paraguai foram afinal devolvidos àquele país há poucos anos, no governo do General Geisel, o que parece demonstrar como o paralelo estabelecido pelo almirante fora relativamente frágil. O rastilho, porém, tinha sido aceso e era um pavio curto. Outros oficiais presentes à reunião apoiaram a discordância. Dias depois o jornalista Geraldo Rocha abriu suas baterias — pelo que recebeu públicos parabéns do general Meira de Vasconcelos — e o general Newton Cavalcanti, ouvido aqui no Recife por um repórter d' *A Nação*, bramiu que comemorar a vinda de Nassau era "macular a bravura, a memória e o orgulho nativistas". Mesmo a Liga de Defesa Nacional, que no primeiro momento emprestara publicamente seu apoio à iniciativa, enviou felicitações ao almirante Raul Tavares por sua desaprovação.

Dal que o jornalista José Eduardo de Macedo Soares, gracejando com os que começavam a engrossar as hostes contra Nassau, escreveu que o almirante Tavares e outros que tais "andam comendo gambá errado". A evolução, porém, da controvérsia não estava para brincadeiras. No Recife o festejado pintor Vicente do Rego Monteiro saiu-se com uma tirada de inegável efeito quando qualificou os nassovianos de "nova Abissínia escrava branca e voluntária", precisamente naqueles dias de desesperada resistência dos etíopes aos "camisas-pretas" de Mussolini. Tristão de Atafé manifestou-se contrário, e o mesmo aconteceu com

o jornalista Carlos Maul. Instado a participar dos protestos o "chefe nacional" Plínio Salgado explodiu numa manchete d' *A Cidade*. "Idéia extravagante" e "suprema ignomínia" foram alguns dos seus epítetos menos iracundos. Para o publicista e juiz Ribas Carneiro tratava-se duma "glorificação do príncipe caixeiro", e o comandante Macedo Soares — que divergia do irmão jornalista dentro do mesmo clã — asseverava que nenhum brasileiro que se prezasse poderia estar de acordo. *Fronteiras* pressurosamente enumerava todos quantos se estavam insurgindo: a oficialidade da Marinha de Guerra, com o almirante Raul Tavares, a Liga de Defesa Nacional, com o general Pantaleão Pessoa; outros generais como Meira de Vasconcelos, Góis Monteiro, Paiva Rodrigues e Newton Cavalcanti, políticos eminentes como Lindolfo Color, professores como Jônatas Serrano, e os escritores Darcy Azambuja, Geraldo Rocha e Pedro Vergara, além do conde de Afonso Celso e da Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Jornais do Rio abertamente contrários eram *A Nação*, *A Nota* e *A Gazeta de Notícias*.

Bem mais numerosa, porém, era a legião dos que apoiavam as comemorações. Mais numerosa e de qualidade pelo menos igualmente excelente. Não faltava sequer um contrapeso para o almirante Raul Tavares: era o almirante Castro e Silva, que proclamava oportuno o "testemunho de uma gratidão", sem que isso significasse repudiar a progênie lusitana ou glorificar o invasor. Viriato Correia, da Academia Brasileira de Letras, foi desde a primeira hora um dos campeões incansáveis das celebrações anunciadas: "Não há neste país de História inexpressiva — exagerou Viriato — uma comemoração histórica tão alta quanto esta". Voltou mais de uma vez ao *Jornal do Brasil* para insistir no tema e ganhou a alcunha, não se sabe bem por que, de "cristão novo" que lhe deram os detratores do príncipe. O historiador Pedro Calmon, igualmente acadêmico de alto prestígio intelectual, concedeu várias entrevistas e n' *A Noite*, do Rio, chamou Nassau de "Mecenas da Renascença". O deputado federal Barbosa Lima Sobrinho nas tribunas da Câmara e da Imprensa era um argumentador de valor grande, "Quanto mais se insiste no assunto — dizia ele — mais me convenço de que Pernambuco não deve ficar indiferente ao centenário do grande governador". Gilberto Freyre externou-se também pelos jornais. Segundo ele Nassau ligara-se de tal modo à nossa história administrativa e à história da nossa cultura "que seria uma vergonha se não comemorássemos a sua chegada". Rodolfo Garcia saía dos seus hábitos de historiador circunspecto para enfatizar que "até o próprio Universo tem a sua dívida para com Maurício". Não faziam por menos Celso Vieira n' *O Globo*, Paulo Setúbal, José Mariano Filho e Costa Rego noutros jornais do Rio. O respeitado parlamentar e jurista gaúcho Raul Pila, ouvido em Florianópolis, achava que "embora se deva muito a Portugal, é o Brasil alguma coisa mais do que um simples prolongamento da Lusitânia". E Assis Chateaubriand, com seu modo de chamar as coisas pelos nomes, escreveu nos *Associados* do país inteiro que "seria difícil encontrar campanha mais imbecil,

mais estúpida e mais inglória" do que a campanha anti-Nassau. As repercussões favoráveis faziam-se sentir nas mais diversas latitudes. Um diretor de museu de Porto Alegre opinava que as comemorações deviam ser pomposas. E aos aplausos da colônia pernambucana no Rio juntava-se o argumento dum ex-governador do Amazonas: se comemorávamos o descobrimento do Brasil, por que não comemorarmos a chegada de Nassau?

Os diários cariocas daquele tempo estão cheios de declarações pró-Nassau prestadas pelo socialista Pedro do Couto, pelo escritor modernista Gastão Cruls e por historiadores maiores ou menores, bem como de artigos assinados por Alcides Maya, pelo recifense Múcio Leão e por mais alguns corifeus da imprensa contemporânea. Aqui no Recife escreviam Felix Mendonça, Luis Gaioso, Edmundo Jordão — que era então juiz de Direito em Garanhuns — e mais meia dúzia de entusiastas das comemorações. O professor Estêvão Pinto prelecionava, pelos jornais, que "em espírito e em sentimento, Nassau era tão pernambucano quanto Napoleão foi um francês e quanto Alexandre foi um grego". E Eustáquio Duarte, que já ensaiava os passos como historiador da Medicina, publicava no *Diário da Tarde* um estudo sobre "Nassau e os precursores da Medicina no Brasil".

Um dos escritos mais enfáticos apareceu no *Diário da Manhã*. "Nassau foi grande — lia-se ali —, indubitavelmente grande porque era, de fato, um príncipe no meio de uma multidão de burgueses (. . .) O que era pequeno era o mundo que o cercava, pequenino mundo de compra e venda, universo mesquinho de lucros e perdas". Isso era atribuído a Luiz Delgado, que, como já lembramos, exercia as funções de Secretário de Governo de Lima Cavalcanti. Dias depois, aliás, o *Diário da Manhã* recordava que, escrevendo para *Fronteiras* três meses antes, Luiz Delgado confessara: "Eu amo e admiro esse homem que se aproxima de Duarte Coelho pela capacidade administrativa e pela grandeza do ânimo e do intento". Soube-se depois que não se tratava de um artigo, propriamente, mas de trechos duma conferência feita por Delgado como orador oficial do Instituto Arqueológico e cuja tese central fora a contestação da precedência atribuída a Nassau de ter introduzido aqui um regime representativo com sua assembléia de escabinos, em 1640. É curioso que *Fronteiras* deixasse passar sem comentário o ardiloso destaque dado pelo *Diário da Manhã* a uns poucos tópicos dessa conferência, no evidente propósito de aliciar Delgado entre os partidários de Nassau. Parece que Lubambo e Delgado respeitavam-se mutuamente. As relações entre os dois, revelaria o segundo, "tinham períodos de paz e de guerra".

Viajando pelo "Netúnia", no dia 20 de junho, desembarcava no Recife Lima Cavalcanti e a partir dessa data a luta sustentada pelos seus dois diários definiu rapidamente. Instruções expressas do Governador foram transmitidas à direção de ambos os jornais, no sentido de que comesçassem a abandonar o

campo de batalha. O que teria acontecido? A campanha sustentada por *Fronteiras* fora capaz de desgostá-lo a ponto de considerar inútil qualquer esforço de redimir propósitos teimosamente desvirtuados? Dobrara-se o altivo penacho do lutador destemido, que se arremessava de corpo e alma nas pelejas que lhe pareciam dignas de ser pelejadas? Pressões bastante poderosas teriam acabado por fazê-lo ceder e desistir?

Todas essas coisas provavelmente aconteceram, e houve uma indiscrição intencional do jornalista Mário Melo que reforçou a possibilidade de se terem feito sentir forças coercitivas. Foi quando se atribuiu às hostilidades de Manuel Lombambo o recuo de Lima Cavalcanti. Acudiu Mário Melo para reivindicar essa proeza e começou alegando ter sido sua a idéia das comemorações, que o Instituto Arqueológico aprovara, tanto que começara a articular nesse sentido jornalistas e historiadores do sul do país. Mas um dia "estourou uma bomba", e a bomba tinha sido o protesto do Almirantado, provocado por uma denúncia do almirante. Raul Tavares, de que se estava cogitando de prestar homenagem aos invasores. "Não adiantaram o brilho e a força das argumentações desenvolvidas", comentaria Luiz Delgado anos depois ao lembrar o que escrevera Mário Melo. "Já estavam em ação as forças que conduziam o país ao golpe de Estado de novembro de 1937".

Mesmo sem toque de retirada, a comissão programadora das comemorações não mais voltou a reunir-se e da refrega editorial que se tinha travado acesamente continuaram apenas algumas escaramuças tripudiantes por parte d' *A Cidade* e também de *Fronteiras*, que se embandeirou em arco no seu número de janeiro de 1937, com uma edição triunfante de repúdio a Nassau. Para não sair de todo desairosamente da arena o Governo do Estado anunciou que se faria um concurso de ensaios históricos sobre Maurício de Nassau. E em janeiro de 1937 o *Diário da Manhã*, para não deixar passar em branco a efeméride que se pretendia comemorar, abriu colunas para aplaudir aquele de quem Oliveira Lima dissera ter sido "um parêntese glorioso" da experiência holandesa no Brasil.

Nunca viria à luz o livro monumental imaginado por Estêvão Pinto, "enfeixando as páginas de ouro dos oito anos nassovianos", mas em 1940 o Ministério da Educação e Cultura, cumprindo a intenção que Gustavo Capanema anunciara em 1936, lançou a versão brasileira, pelo professor Cláudio Brandão, do *Rerum Per Octennium* de Barleu. Dentre outros autores igualmente lembrados por Gilberto Freyre a propósito das frustradas comemorações foi editado Hermann Watjen, com seu *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* traduzido por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, do Ginásio Pernambucano e do Instituto Arqueológico, e impresso pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, com uma tiragem especial para o governo do Estado de Pernambuco no ano imediato, aliás,

ao da destituição de Lima Cavalcanti, que tinha promovido essa edição. Mas já antes, em setembro de 1937, aparecera no Rio a hoje rara monografia *Franz Post, Seus Quadros Brasileiros*, escrita e feita ilustrar pelo embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, que fora um dos que Lima Cavalcanti pessoalmente estimulava a contribuir para as celebrações da vinda de Nassau. Em 1942, finalmente, o Museu Paulista fez a publicação da *História Natural do Brasil*, de Jorge Marcgrave, da qual se cogitara igualmente em 1936.

Nem tudo se perdera, portanto, daquela iniciativa honestamente cultural que uma xenofobia grosseira fizera malograr. O interesse suscitado, aliás, em torno das origens do Recife e de quem bizarramente as desfraldou num povoado anônimo e insignificante, teve ressonâncias incomparavelmente maiores do que as deste ano de 1979, quando se comemora o tricentenário da morte de Nassau. Em todo o caso, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais monta agora uma exposição de livros e mapas relacionados com a ocupação holandesa sem que ninguém saia em campo para acusá-lo de "cortejar a Companhia das Índias" ou de "festejar o invasor". O Governo do Estado, a Universidade Federal de Pernambuco e a Academia de Ciências da Holanda incrementaram de mãos dadas um simpósio internacional sobre Maurício de Nassau tranquilamente, isto é, sem que isso fosse qualificado como "falta de pundonor nacional" de nossa parte. Doze professores, recifenses uns, outros holandeses, proferiram conferências e os nossos não foram acusados de "macular a bravura, o orgulho e a memória nativistas". José Antônio Gonsalves de Mello, que nos idos de 1936 estava aprofundando os estudos de holandês arcaico que lhe permitiram elevar-se à condição de maior autoridade sobre a história dos flamengos no Brasil, e que é presidente, hoje, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, não foi apostrofado de "aúlico de Nassau". Nada do que se disse, afinal, inclusive no curso de conferências promovido pelo admirável diretor do Arquivo Público Estadual, Mauro Mota, foi interpretado como "glorificação do príncipe caixeiro", do "pirata", ou dos "patifes" e das "aves de rapina" com os quais se teria identificado em Pernambuco.

Mudaram os tempos, graças a Deus. Quarenta anos depois da desordem mental que se implantou à custa duma apaixonada contrafação de propósitos legítimos, superamos afinal a nossa rusticidade ainda recente e podemos meditar com sossego sobre alguns dos mais expressivos valores do patrimônio cultural da nossa herança histórica.

NASSAU, QUARENTA ANOS DEPOIS

Gilberto Osório de Andrade
Pesquisador do Depto. de
Ciências Geográficas da
Fundação Joaquim Nabuco

Quarenta é número arredondado. Foram quarenta e dois os anos que passaram entre o tricentenário da chegada de Maurício de Nassau ao Brasil e o tricentenário da sua morte em Cleve, na Prússia, com 75 anos.

Como é a pretexto das duas efemérides que me proponho a dar um testemunho — um testemunho comparativo, aliás — acho bom remontar às primeiras preocupações que me ocorreram, quando menino ainda, a propósito do Brasil holandês. Desejoso de motivar por assuntos históricos os preparatorianos do seu Ginásio do Recife, o padre Felix Barreto entendeu, um belo dia, de simular um júri histórico cujo réu se chamava Calabar. Pareceria hoje o seu tanto despropósito, se não mesmo absurdo, renovar o julgamento desse mameluco a quem ficaram devendo os invasores uma boa parte do sucesso afinal consumado contra a resistência comandada por Matias de Albuquerque. Naqueles tempos, porém, os tempos do velho Ginásio do Recife — era a década de vinte — ainda se questionava a felonía de Calabar. Lembro-me de que um dos nossos mais loquazes professores sustentava, quando provocado, a tese sensacional de ter sido ele um precursor da nossa independência, e não um traidor propriamente. É possível que Jorge Cahu assim fizesse principalmente para dar vazão aos impulsos contestatórios do seu temperamento. Ou talvez também porque ainda era moda ostentar um patriótico rancor pelos portugueses, azeda herança do "mata mata marinheiro" dos

meados do século passado. Fiado em que eu — pobre de mim! — seria um dos ouvintes mais sensibilizados pela facúndia do professor de História, atribuiu-me o padre Felix a condição de patrono de Calabar perante o tribunal.

Resisti muito, resmungando evasivas. Pareciam-me altamente indigesto o mandato e indefensável o réu. Mas meu colega Álvaro Lins, aluno também do Ginásio do Recife, com refinada malícia acabou convencendo-me de que aquilo era um desafio e não me ficaria bem deixar de levantar a luva.

Meti-me na tertúlia vociferando heróicos ideais emancipacionistas do mestiço. Por conta da massuda e inverossímil apologia de Mendes Leal romatizei-lhe uma altivez, uma frustração amorosa e um nobre ressentimento de que história nenhuma dá notícias. De sua captura e esquitejamento em Porto Calvo rabisquei um desengonçado episódio de martírio. E apesar da pachorrentamente documentada argumentação do promotor — e talvez por isso mesmo — o acusado foi, não sem surpresa minha, inocentado. Por oito votos contra um, o júri absolveu Domingos Fernandes Calabar.

O promotor era um estudante secundário, como eu, e como Álvares Lins nascera em Caruaru e ali morava. Chamava-se Dilermando Pimentel Alves e cedo descobri a verdadeira razão do meu simulacro de vitória forense. Álvaro trouxera de Caruaru umas contas pessoais a ajustar com Dilermando, e cabalara na sombra de tal modo que os jurados exculparam Calabar de toda a aleivosia sem perceberem que estavam, na verdade, avacalhando o promotor por ter deixado escapar-lhe uma causa *a priori* triunfal.

Nada disso, porém, tem o que ver com o que se segue. E tampouco o teria a lembrança de que, entre 1937 e 1979, houve um tricentenário que esteve sob meus cuidados: foi o tricentenário da Restauração Pernambucana em 1954, sendo Etelvino Lins governador do Estado e eu acumulando com as funções de secretário de Educação e Cultura a presidência da Comissão Organizadora e Executiva das comemorações, com o fecundo apoio, aliás, de Jordão Emerenciano, já então diretor do Arquivo Público Estadual. Talvez esteja eu, aqui, com essas evocações, tentando qualificar-me como depoente. Pois é um depoimento o que ora trago, e não uma dissertação esclarecida e douta.

Aí pelos começos de 1936 foi esboçada uma intenção oficial de fazer de janeiro do ano seguinte um mês de acontecimentos culturais no Recife. O Governador era Carlos de Lima Cavalcanti e o pretexto para as solenidades seria o tricentenário daquele 21 de janeiro de 1637, quando chegara a Pernambuco o conde Maurício de Nassau.

Privei com o Governador Lima Cavalcanti enquanto era um dos redatores de ambos os jornais que ele fundara, o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde*, e anos depois, sendo Lima Cavalcanti deputado federal e eu o líder da bancada udenista na Assembléia Legislativa do Estado, voltamos a entreter um assíduo convívio. Conheci bem, por isso, seus princípios e sua índole, mas prefiro confirmar Luiz Delgado, que participou de sua *entourage* governamental durante vários anos. Tinha um temperamento "vibrátil, inquieto, incansável". "Atirava-se, de corpo e alma, ao que lhe parecia justo e a sua honestidade intuitiva e essencial, que o conduziu em nobres jornadas, nunca o deixou confundido e perplexo nas outras em que por engano se envolveu e cujo erro ou malícia tardiamente descobriu". De corpo e alma arremeteu com a empresa de celebrar o Recife a pretexto do relevo que lhe dera Nassau, e foi só tardiamente que afinal descobriu o quanto de malícia concorrera para a frustração dessa iniciativa.

Seu prestígio incontestável de chefe, no Nordeste, da Revolução de 1930 e a grande irradiação nacional que o "*Diário da Manhã*" tinha alcançado desde sua fundação em 1927 e que vinha mantendo ainda depois, tudo foi empenhado por Lima Cavalcanti, sobretudo nos círculos intelectuais da capital da República, para comunicar expressão grandiloquente às comemorações de 1937. Historiadores e pensadores como Pedro Calmon e Barbosa Lima Sobrinho estavam entre os que logo acudiram ao chamado. Da primeira reunião, no Rio, da grande comissão por Lima Cavalcanti convocada e presidida, participavam Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, Max Fleuiss, do Instituto Histórico e Geográfico, o historiógrafo Afonso de Taunay, José Mariano Filho, patrono do movimento arquitetônico "neocolonial", Gastão Cruis, Celso Vieira, Ildelfonso Falcão e um representante do chanceler José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores. Numa segunda reunião, a 21 de maio de 1936, realizada no palácio do Itamarati, estiveram também presentes o Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, um representante do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, outros do Ministério do Exterior, da Academia Brasileira de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa, da Escola Nacional de Belas Artes, do Museu Nacional, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Museu Paulista. À fração de escritores ilustres juntavam-se agora os pernambucanos Gilberto Freyre e Olegário Mariano.

Isso dá uma razoável medida, acreditamos, do nível em que as comemorações iam sendo planejadas. E quanto a quem as estava promovendo valerá a pena repetir o autor que o apelidou de "Um grande de Pernambuco"; "como todo fidalgo de legítima nobreza, não sabendo ser demagogo, ele era, por índole, um democrata, sem insinceridades nem artificios".

Tudo fora concebido em termos de comemorações eminentemente culturais pretextadas pela presença dum personagem que tinha comunicado a um confuso amontoado de armazéns de açúcar e cabanas de pescadores uma condição urbana, a da Mauriciópolis, que está na origem remota do Recife de hoje. O comitê que no plano estadual fora encarregado de programar as comemorações não poderia estar mais acima da suspeita de "festejar o invasor", como bem cedo seria rancorosamente assoalhado. Dessa comissão central executiva — lê-se nos jornais recifenses de maio de 1936 — faziam parte o secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, como presidente, e representantes da Associação Comercial, do Sindicato dos Industriais de Algodão, da Associação dos Empregados no Comércio, da Associação dos Comerciantes Retalhistas e doutras entidades do gênero. Pretendia-se aproveitar a oportunidade para realizar aqui uma Conferência Nacional Algodoeira, e pelo menos uma Exposição de Indústria e Comércio seria montada no Recife. Os escritores Willy Lewin e Manuel de Sousa Barros organizariam uma subcomissão de Propaganda e Publicidade. A de Controle Artístico ficava a cargo de Manuel Bandeira, o pintor, e mais de Luiz Jardim e Percy Lau, artistas plásticos igualmente. Cogitou-se da emissão dum selo nassoviano e Lauro Montenegro, secretário da Agricultura, lembrou a necessidade de fazer-se um convite a Gilberto Freyre para escrever um livro sobre o assunto.

Na imprensa local, ao registar essa primeira aproximação com o programa das festas, o *Diário de Pernambuco* apoiava a iniciativa, embora sem maior entusiasmo, contanto que não se confundissem Maurício de Nassau e o Brasil holandês. No mais estava bem, arrematava uma "Vária", coluna escrita diariamente por Aníbal Fernandes. Que na "Vária" do dia imediato insistia de novo: evitado o equívoco, "o príncipe pode reunir — Aníbal sentenciava — em seu redor a todo o mundo". O *Jornal do Commercio*, contudo, portou-se de modo algo solerte, para não dizer de maneira velhaca. Ao cabo dum daqueles seus "batelões" de última página — eram apelidados assim os compactos editoriais do órgão dirigido por F. Pessoa de Queiroz — sugeria-se candidamente que era o caso de se homenagear também Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, em São Luís do Maranhão. . . Em São Luís, na verdade, já se tinha o erigido garboso busto de bronze de Daniel de La Touche, que se conserva agora em frente do Palácio do Governo do Estado.

Abertamente contra o que se projetava, vinha abrindo já manchetes garrafais o mensário *Fronteiras*, de Manuel Lubambo. Em vão o *Diário da Manhã* repetia em editoriais que ninguém estava pensando em "cortejar a Companhia das Índias". No Rio de Janeiro, onde se encontrava a serviço de interesses do Estado, Lima Cavalcanti presidia sucessivas reuniões da comissão que convocara a nível nacional e o programa das comemorações, proposto por Gilberto Freyre, abrangia uma exposição bibliográfica na Biblioteca Nacional, uma edição de

Barieu em português, publicação d' "O domínio colonial holandês no Brasil" de Hermann Watjen, tradução dos livros de Piso e de Marcgrave, reedição de algumas obras de Alfredo de Carvalho e de José Higino, divulgação dos documentos holandeses existentes no Instituto Histórico e Geográfico e mais uma série de conferências na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, ficando ainda estabelecido que o Ministério das Relações Exteriores promoveria a vinda, inclusive para serem copiados aqui, de quadros de pintores flamengos sobre motivos brasileiros, para o que já estabelecia contactos em Haia um irmão do governador, Caio de Lima Cavalcanti, do corpo diplomático ali acreditado. O Ministério da Educação, por sua vez, propunha-se a fazer uma recomendação a todos os estabelecimentos de ensino secundário do país no sentido de que fossem enfatizadas aulas sobre o Brasil holandês. Cogitava-se de estimular o turismo em Pernambuco durante as comemorações e um prêmio no valor de dez contos de réis seria instituído para o melhor trabalho que se escrevesse acerca de Nassau.

A dimensão das comemorações, suas exposições, conferências, correspondiam claramente, portanto, às motivações culturais da iniciativa. Mas o mensário *Fronteiras*, num avantajado editorial que ocupava quase todas as páginas do seu número de junho, transtrocando deliberadamente a essência do argumento retrucava que o problema não era cultural, mas cívico e moral, e que servindo a uma companhia de piratas, Nassau, ele mesmo, era um pirata.

Em telegrama expedido para o Recife o Governador Lima Cavalcanti, pronto sempre a enfrentar provocações, protestou contra a falsa interpretação que estavam dando. Mantinha-se inteira a fidelidade do seu governo à tradição histórica dos Guararapes, mas não era atentar contra essa tradição enaltecer em Nassau sua fecunda presença no Recife bem como a daqueles pintores, cientistas e artistas de sua comparsaria, que tinham tornado "mundialmente conhecidas nossa terra e nossa gente". Ao mesmo tempo Barbosa Lima Sobrinho corria a esclarecer, por um jornal do Rio, que as comemorações não visavam as empresas militares de Nassau, mas o relevo que ele comunicara ao nascente e obscuro Recife do século XVII.

Já então esbravejava a polêmica e a furiosa insistência dos que esconjuravam Nassau trazia à liça, de novo, Lima Cavalcanti, indignado contra a alegação de que aquilo era "falta de pundonor nacional", como se se tratasse de comemorar uma invasão bem sucedida. No Recife os meios estudantis entraram de rijo na peleja. A começar pelos acadêmicos de Direito, que contestavam tratar-se duma "celebração de piratas holandeses", e em seguida por alunos do Liceu Pernambucano. Mas o belicoso periódico *'Fronteiras'* reiterava imperturbavelmente que "no Brasil ainda é um sucesso de lógica provar que não se deve home-

nagear um invasor". Implantara-se na questão mais do que uma discordância. Era ao som de caixas de guerra que se travavam as discussões e acabaria afinal consumadamente contrafeita a perspectiva do que o Governador Lima Cavalcanti pretendia realmente fazer.

Quem poderia ter previsto tempestade tamanha? Sem falar dos cronistas e historiadores de parcialidade holandesa, a regra geral entre nós vinha sendo enaltecer a figura do conde de Nassau e a experiência que teve no Brasil. Mesmo da parte do seu contemporâneo na cidade Maurícia, o frei Manuel Calado, do *Valeroso Lucidando*, a referência que se colhe é elogiosa, se não mesmo panegírica: Nassau era "o Santo Antônio dos moradores", frase que a Oliveira Lima pareceu "tão expressiva na sua religiosa ingenuidade, de quem não poderia conceber comparação mais lisonjeira".

De historiadores como Robert Southey, autor da primeira história do Brasil solidamente documentada (1810-1812), o que se tinha aprendido é que Nassau, em vez dum pirata, fora um "homem digno de ter sido o fundador do mais duradouro império", e no mesmo século XIX outro inglês, James Henderson, autor também duma *History of Brazil* editada em 1821, estranhava que Nassau não tivesse aqui um só monumento que recordasse o seu governo, nada obstante devesse ser considerado um benemérito do Recife.

Oliveira Lima transmitiu-nos desde cedo que sua obra de reorganização política fundara-se na honestidade, justiça e tolerância. Também Fernandes Gama tinha-nos ensinado que Nassau, "deixou em Pernambuco a lembrança de uma administração suave, e benéfica" e a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que vinha sendo um guardião intransigente de nossas tradições históricas, depois de publicar zelosamente a maior parte da documentação trazida por José Higinio dos arquivos neerlandeses passara a divulgar uma vez por outra artigos e ensaios em que Nassau era invariavelmente mostrado, não como um tratante, ou cúbido invasor, mas como um personagem que comunicara ao Recife uma inconfundível identidade e projetara as coisas do Brasil nas perspectivas artísticas e para-científicas da Europa do seu tempo. E da admiração que lhe votava o nosso Joaquim Nabuco ficou inclusive em testemunho o nome de Maurício, dado por ele a um dos seus filhos, depois embaixador do Brasil.

Assim Pereira da Costa, que no seu estudo acerca do governo holandês (1898), depois de assinalar que as ciências e artes tinham tido em Nassau "um protetor tão esclarecido quanto zeloso", perfilhou um dito de Crane, lo. Guil. de Crane, autor da *Oratio de Joanne Mavrisio Nassaviae Principe cognomine Americano* (Groningen, 1806), segundo quem "por toda a parte onde se estendia a sua

dominação a civilização chegava e se derramava". Louvores igualmente teceu-lhe José Veríssimo em artigo publicado no *Jornal do Commercio* do Rio e transcrito na revista do Instituto por proposta de Alfredo de Carvalho: os dotes, a capacidade e as idéias de Nassau — tinha escrito o celebrado crítico a propósito dum ensaio sobre os holandeses no Brasil — "são de muito superiores às dos governantes do seu tempo, sobretudo dos governadores coloniais da sua era". Em artigo também da revista do Instituto Arqueológico o historiógrafo Pedro Souto Maior — que em 1914 reclamava se recolhessem da igreja do Corpo Santo, que estava para ser demolida, os restos de João Ernesto, irmão, e de Carlos de Nassau, primo de Maurício, para "dar destino condigno às cinzas desses príncipes" — enaltecera a figura do governador do Brasil holandês e vários outros escritores desfilaram pela mesma tribuna não lhe poupando encômios nem expressões de gratidão histórica. Destacaremos apenas mais dois, o escritor Humberto de Campos e o professor Estêvão Pinto. De Humberto Campos foi o soneto publicado pelo Instituto em 1915, sob o título de "Maurício de Nassau", que não resistimos ao desejo de recitar aqui:

"Teu grande sonho de conquistas era,
nesta paragem despertada apenas,
o mais nobre dos sonhos de Mecenas
sonhado por Luiz da Baviera.

Palácios, sábios, mármore, amenas
horas de Gozo e de Saber . . . Em fera
região, enfim, a Capital severa
corpo de Roma, cérebro de Atenas.

Fidalgo e sábio, o Bem e o Belo amando,
se leio a História da tua Obra, ao fundo
deparo o vulto de Platão sonhando. . .

E essa aventura neste chão tristonho! . . .
Tua conquista comportava o mundo. . .
Mas nem o mundo comportou teu sonho! . . ."

Fora desse modo, no correr dos anos, que a imagem de Nassau viera sendo exaltada, proposta à admiração e até ao amor dos pósteros entre nós, e por isso discursava Barbosa Lima Sobrinho na Câmara dos Deputados, em maio de 1936, dizendo que "se nós, pernambucanos, cultuamos a memória de Nassau, é porque lá aprendemos a honrá-la". Quem poderia ter pressentido sequer que as comemorações de sua chegada a Pernambuco em 1637 iriam suscitar tão acesos recontros, alterações tão ásperas? Agora mesmo, neste ano da graça de

1979, a Universidade Federal de Pernambuco promoveu um simpósio internacional a pretexto de Nassau, isto é, a pretexto do tricentenário da morte de Nassau, e ninguém bradou aqui del-Rei contra a sua lembrança. Antes, porém, de tentarmos uma avaliação do que subjetivamente se passava nos idos de 1936, quando uma espécie de xenofobia póstuma assanhou-se a ponto de frustrar um cometimento legitimamente cultural, demoremos um pouco no que escrevera Estêvão Pinto em artigo de 1930 para aquela mesma revista do Instituto, revista que nunca vacilara em consagrar a memória do criador da Mauritsstadt.

“Pródigo e volutuoso rajá dos trópicos” — exclamou o professor de História da nossa Escola Normal Oficial — Nassau marcara “o ciclo mais áureo da história colonial de Pernambuco”. Fora uma “figura vandyckiana”, portadora da “mais bela bagagem de humanismo e tolerância, que adquirira nas escolas de Genebra ou de Basiléia, quebrando, assim, entre nós o marasmo de uma colonização bastarda e teórica”. No seu entusiasmo Estêvão proclamava que Nassau nobilitou a terra — o “chão tristonho” de Humberto de Campos — “amando-a nos próprios defeitos de que era cheia: desde os réptis venenosos aos charcos febris. Pois a tranquilidade onde havia a guerra, a justiça onde havia a iniquidade, a civilização onde havia a barbárie, o comedimento onde havia a intolerância, o regime municipal onde havia o feudo e a inviolabilidade de consciência onde havia a inquisição e o auto de fé!” Que se editasse, pois, um livro rico e precioso, “enfeixando as páginas de ouro dos oito anos nassovianos”.

Naquela altura de 1930 ninguém se lembrou de apontar Estêvão Pinto como um cortejador da Companhia das Índias, nem de considerar “como falta de pundonor nacional glorificarem-se inimigos, patifes, aves de rapina”, tal como se exprimiria em 1936 o almirante Raul Tavares numa sua réplica a Carlos de Lima Cavalcanti. Somente então, com efeito, é que viriam a tomar vulto, no Brasil, os prenúncios dum conflito que em última análise era ideológico e que afinal culminou com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

A batalha a propósito do tricentenário da vinda de Nassau — porque foi uma verdadeira batalha o que então se feriu, ao mesmo tempo aqui e na capital do país, com particular assanhamento em maio e junho de 1936 — travou-se no Recife em termos quase somente editoriais, mas no Rio de Janeiro mobilizou muitas armas pesadas, um grande número de historiadores, pensadores, jornalistas e acadêmicos que se puseram de acordo com as comemorações. A batalha editorial do Recife foi sustentada principalmente pelos *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, de uma parte, e da outra pelo mensário *Frenteira* e pelo vespertino integralista *A Cidade*. No cabeçalho do *Diário da Manhã* continuava figurando o nome do redator-chefe dos ruidosos tempos que tinham precedido a Revolução de Trinta, mas José de Sá fora eleito senador e quem dirigia a redação era

o jornalista Carlos Rios a quem me subordinava eu como redator-secretário, e que era, aliás, bem menos impetuoso e combativo do que o antecessor. Remanescente dos primeiros redatores da pré-Revolução havia ainda José Campelo, que continuava a dirigir o *Diário da Tarde*, onde eu também trabalhava, junto com Eugênio Coimbra Júnior e Murilo Marroquim, entre outros.

Os tempos naquele 1936 estavam grávidos de presságios inquietadores. No dia mesmo em que se instalava no Recife a comissão estadual incumbida de programar as celebrações nassovianas os jornais noticiavam com grande estardalhaço a tomada de Addis Ababa pelo exército fascista do marechal Badoglio e o macabro espetáculo de hienas devorando cadáveres nas ruas da vencida capital da Abissínia. Ao mesmo tempo começavam na Espanha os agitados preâmbulos da guerra civil que iria ensanguentar o país durante mais de um ano e proporcionar adestramento para a Segunda Guerra Mundial às forças do Eixo Roma-Berlim, especialmente à Luftwaffe, cujo teste mais encarniçado foi o bombardeio da indefesa Guernica, imortalizado por Picasso numa tela famosa.

No domínio da política interna prenunciavam-se também acontecimentos inusitados. Intentos continuistas conspiravam em função do termo do mandato presidencial de Getúlio Vargas, que ocorreria em 1937, e o Governador Lima Cavalcanti, fiel à Revolução de Trinta que repudiara procedimentos análogos da república velha, negara juntamente com Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, e Juraci Magalhães, Governador da Bahia, apoio ao golpe de Estado que se estava preparando para manter Getúlio no poder. Fizera mais ainda: proclamara sua inteira adesão à candidatura presidencial de José Américo de Almeida, candidatura que afinal seria burlada pelo golpe que a 10 de novembro de 1937 instituiu no Brasil o Estado Novo. Junte-se a tudo isso o fato de que o Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, tendo logrado exercer uma grande influência sobre Getúlio e seus apaniguados, tecia ardidamente a perda e o ocaso político do Governador de Pernambuco. Num processo que fora instaurado pela União para apurar responsabilidades pela irrupção da rebelião comunista de 1935 chegou-se a fazer a imputação de que Lima Cavalcanti favorecera o movimento. O clímax dessa delação aconteceu no Rio, precisamente em junho de 1936, quando o Governador de Pernambuco estava ali, e nunca se apurou claramente como pôde ser ele convencido de que o presidente da Assembléia Legislativa, o professor Andrade Bezerra, que aliás o estava substituindo no governo do Estado durante sua ausência, tivera parte na denúncia. O fato é que Andrade Bezerra apareceu indicado como testemunha no processo criminal e no dia 20 de junho, quando Lima Cavalcanti desembarcou no Recife para reassumir o governo, foi logo anunciando que vinha determinado a romper com o presidente da Assembléia "em consequência de reuniões realizadas no Rio de Janeiro — informou seu então Secretário de Governo, Luis Delgado — algumas delas no Ministério do Traba-

lho". O depoimento de Andrade Bezerra afinal o inocentaria e Lima Cavalcanti veio a ser unanimemente absolvido. Mas o rompimento fora consumado e quando Andrade Bezerra lhe transmitiu o exercício no Recife fez-se acompanhar do comandante da 7a. Região Militar, o general Newton Cavalcanti, "alto e esguio, num perfilamento profissional, olhando para cima", descreveu-o expressivamente Luiz Delgado.

A intentona de 1935 tinha exacerbado idiosincrasias e temores anticomunistas, e isso estava contribuindo fortemente para alimentar a fogueira dum nacionalismo *à outrance*, que não só aqueceu as fornalhas ideológicas da direita — as do integralismo e do patrianovismo — como forjou os mais ferinos argumentos contra as comemorações da chegada de Nassau. Os integralistas tinham como chefe provincial em Pernambuco o diretor d' *A Cidade* Andrade Lima Filho, e o principal representante do patrianovismo, aliás convictamente monarquista, era Guilherme Auler, que integrava com Manuel Lubambo e Vicente do Rego Monteiro o corpo redacional de *Fronteiras*. Lubambo, que não se filiara a nenhum dos dois movimentos, permanecia como franco-atirador, mas nem por isso era menos temível, muito pelo contrário. Osório Borba apelidou-o de "o capanga de Deus" e sua penetração — a penetração de *Fronteiras* — nos meios mais conservadores de Pernambuco e do país, inclusive nos círculos militares, esteve na razão direta dos assomos de nacionalismo e de arregimentação contra a propalada ameaça comunista.

A batalha editorial entre os jornais de Lima Cavalcanti e os adversos não durou muito. Durou apenas pouco mais de um mês, depois veremos por que. Nesse ínterim transcreveram-se artigos e entrevistas, publicadas no Rio, de Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, José Mariano Filho e muitos outros, e houve um momento mesmo em que o *Diário da Manhã* julgou poder cantar vitória, com um ou dois editoriais ufanos e festivos, publicados antes do regresso de Carlos Lima Cavalcanti. Pelo *Diário da Tarde* a coluna "Notas e Comentários", atribuída sempre a José Campelo, parecera a princípio hesitar, mas acabou entrando de rijo na peleja. Uma dessas "Notas", dirigida "aos patriotas em disponibilidade", bem no estilo do mordaz José Campelo, remetia os adversários de Nassau a um artigo do escritor Celso Vieira, que chamara a atenção para os perigos da imigração nipônica. E graças a um artigo meu no *Diário da Tarde* caiu-me *A Cidade* nos costados com toda a acidez panfletária de Andrade Lima Filho, que chegou a anunciar o meu enterro, "o funeral de uma mocidade cujo destino nunca deveria ser este de se enclausurar no crepúsculo de alguma coisa que agoniza". A coisa moribunda era a democracia, que Andrade algum tempo depois esposou com fervor, mandando às favas os seus "anauês". Chegamos a trocar mensagens bem pouco amáveis até quando Abgar Soriano —

professor da Faculdade de Direito que estava sendo ninado por Andrade para sucedê-lo na chefia provincial do sigma, o que de fato mais tarde aconteceu — publicou n' *A Cidade* um apelo tocante na esperança de que encerrássemos a polêmica "para que se não rejubile a perfídia de certos maçons", dizia ele. Com o que ambos prontamente concordamos. Eu, pelo menos, não por causa dos maçons, mas porque tinha mais o que fazer.

Diante daquela pletora de artigos, transcrições, manchetes e quejandos o *Diário de Pernambuco* não se deixou ficar à margem. Principalmente através das "Várias" de Aníbal Fernandes tomou de quando em vez o partido das comemorações. De uma dessas vezes, invocando opiniões de Oliveira Lima, negava qualquer razão aos que se levantavam contra o tricentenário. Noutra oportunidade publicou com destaque incomum, na primeira página, uma entrevista pró-Nassau de Pedro Calmon. E noticiando dias depois que andava circulando nos colégios do Recife um abaixo-assinado que aliciava estudantes contra as comemorações, classificou aquilo de "uma exploração", um "movimento pretensamente nacionalista, inteiramente fora de propósito". Iniciou mesmo uma série de entrevistas com professores pernambucanos acerca de Nassau, série que não foi muito longe porque já nos fins de junho a refrega estaria terminada.

O envolvimento de estudantes na controvérsia teve os costumeiros ardores e os habituais desmentidos desse gênero de pronunciamentos. Em dado instante cento e sessenta alunos do Instituto Carneiro Leão protestaram de público contra a adesão, que lhe atribuíam, aos termos de certo manifesto divulgado pel' *A Cidade*. Contra o presidente e membros do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, que se tinham manifestado em prol das comemorações, alunos da velha escola houve que se valeram do jornal integralista para desautorá-los. Isso aconteceu em maio, mas ainda no mês seguinte estampavam o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde* novas declarações estudantis coletivas, simpáticas ao governador holandês. Não foi só no Recife. Universitários do Paraná telegrafaram ao general Pantaleão Pessoa, presidente da Liga de Defesa Nacional, felicitando-o por se ter oposto às comemorações, e quase ao mesmo tempo reunidos na sua Faculdade de Direito os estudantes cariocas aplaudiam o lema de que "combater Nassau é ser inimigo da civilização".

Circulando embora apenas uma vez por mês, *Fronteiras* descarregava todo o peso de sua veemência panfletária em sucessivas páginas de contestação. Contestação da "legitimidade das comemorações dum invasor". Contestação de que ao tempo de Nassau estivéssemos em estado de menoridade política, indiferentes a que a dominação fosse portuguesa ou holandesa. Contestação ainda duma alegada distinção entre a obra de Nassau e a dos flamengos invasores e, finalmente, das universalmente apreçadas virtudes do fundador de Mauritsstadt.

D^a *A Cidade*, talvez restasse dizer somente que o apodo de "aúlico de Nassau" era talvez o menos depreciativo lançado contra quem concordava em celebrar o tricentenário, e noutro título ribombante desancava o jornalista Mário Melo por ter arriscado um tímido elogio ao príncipe flamengo. O órgão integralista, aliás, além de abrir manchetes para saudar no general Newton Cavalcanti sua discordância com as celebrações, mobilizava os núcleos municipais de vários Estados para dar ênfase à campanha. Assim desfilaram pel' *A Cidade*, exaltados telegramas de "chefes municipais" do Rio Grande do Sul e doutros Estados, não tendo faltado, de resto, coléricos "anauês" de camisas-verdes do Rio Grande do Norte. Quanto ao *Jornal do Commercio* somente despertara dum acintoso mutismo para veicular a versão de que o Ministro do Exterior, recusando o Itamarati a novas reuniões da comissão nacional, teria retirado seu apoio às comemorações. O que levou Lima Cavalcanti a retrucar imediatamente pela imprensa do Rio que o diretor do *Jornal do Commercio* era um "inimigo da verdade, notável campeão de invencionices e inimigo pessoal de Nassau".

A verdade é que já na primeira reunião no palácio do Itamarati tinham repontado estranhezas. De algumas versões que não tardaram a transpirar soube-se que o almirante Raul Tavares se manifestara em tom desolado nestes termos: "se já querem entregar os troféus do Paraguai, porque não louvar a memória do mercador holandês?". Alguns, pelo menos, dos troféus conquistados na guerra do Paraguai foram afinal devolvidos àquele país há poucos anos, no governo do General Geisel, o que parece demonstrar como o paralelo estabelecido pelo almirante fora relativamente frágil. O rastilho, porém, tinha sido aceso e era um pavio curto. Outros oficiais presentes à reunião apoiaram a discordância. Dias depois o jornalista Geraldo Rocha abriu suas baterias — pelo que recebeu públicos parabéns do general Meira de Vasconcelos — e o general Newton Cavalcanti, ouvido aqui no Recife por um repórter d' *A Nação*, bramiu que comemorar a vinda de Nassau era "mecular a bravura, a memória e o orgulho nativistas". Mesmo a Liga de Defesa Nacional, que no primeiro momento emprestara publicamente seu apoio à iniciativa, enviou felicitações ao almirante Raul Tavares por sua desaprovação.

Daf que o jornalista José Eduardo de Macedo Soares, gracejando com os que começavam a engrossar as hostes contra Nassau, escreveu que o almirante Tavares e outros que tais "andam comendo gambá errado". A evolução, porém, da controvérsia não estava para brincadeiras. No Recife o festejado pintor Vicente do Rego Monteiro saiu-se com uma tirada de inegável efeito quando qualificou os nassovianos de "nova Abissínia escrava branca e voluntária", precisamente naqueles dias de desesperada resistência dos etíopes aos "camisas-pretas" de Mussolini. Tristão de Atalide manifestou-se contrário, e o mesmo aconteceu com

o jornalista Carlos Maul. Instado a participar dos protestos o “chefe nacional” Plínio Salgado explodiu numa manchete d’ *A Cidade*. “Idéia extravagante” e “suprema ignomínia” foram alguns dos seus epítetos menos iracundos. Para o publicista e juiz Ribas Carneiro tratava-se duma “glorificação do príncipe caixeiro”, e o comandante Macedo Soares — que divergia do irmão jornalista dentro do mesmo clã — asseverava que nenhum brasileiro que se prezasse poderia estar de acordo. *Fronteiras* pressurosamente enumerava todos quantos se estavam insurgindo: a oficialidade da Marinha de Guerra, com o almirante Raul Tavares, a Liga de Defesa Nacional, com o general Pantaleão Pessoa; outros generais como Meira de Vasconcelos, Góis Monteiro, Paiva Rodrigues e Newton Cavalcanti, políticos eminentes como Lindolfo Color, professores como Jônatas Serrano, e os escritores Darcy Azambuja, Geraldo Rocha e Pedro Vergara, além do conde de Afonso Celso e da Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Jornais do Rio abertamente contrários eram *A Nação*, *A Nota* e *A Gazeta de Notícias*.

Bem mais numerosa, porém, era a legião dos que apoiavam as comemorações. Mais numerosa e de qualidade pelo menos igualmente excelente. Não faltava sequer um contrapeso para o almirante Raul Tavares: era o almirante Castro e Silva, que proclamava oportuno o “testemunho de uma gratidão”, sem que isso significasse repudiar a progênie lusitana ou glorificar o invasor. Viriato Correia, da Academia Brasileira de Letras, foi desde a primeira hora um dos campeões incansáveis das celebrações anunciadas: “Não há neste país de História inexpressiva — exagerou Viriato — uma comemoração histórica tão alta quanto esta”. Voltou mais de uma vez ao *Jornal do Brasil* para insistir no tema e ganhou a alcunha, não se sabe bem por que, de “cristão novo” que lhe deram os detratores do príncipe. O historiador Pedro Calmon, igualmente acadêmico de alto prestígio intelectual, concedeu várias entrevistas e n’*A Noite*, do Rio, chamou Nassau de “Mecenas da Renascença”. O deputado federal Barbosa Lima Sobrinho nas tribunas da Câmara e da Imprensa era um argumentador de valor grande, “Quanto mais se insiste no assunto — dizia ele — mais me convenço de que Pernambuco não deve ficar indiferente ao centenário do grande governador”. Gilberto Freyre externou-se também pelos jornais. Segundo ele Nassau ligara-se de tal modo à nossa história administrativa e à história da nossa cultura “que seria uma vergonha se não comemorássemos a sua chegada”. Rodolfo Garcia saía dos seus hábitos de historiador circunspecto para enfatizar que “até o próprio Universo tem a sua dívida para com Maurício”. Não faziam por menos Celso Vieira n’ *O Globo*, Paulo Setúbal, José Mariano Filho e Costa Rego noutros jornais do Rio. O respeitado parlamentar e jurista gaúcho Raul Pila, ouvido em Florianópolis, achava que “embora se deva muito a Portugal, é o Brasil alguma coisa mais do que um simples prolongamento da Lusitânia”. E Assis Chateaubriand, com seu modo de chamar as coisas pelos nomes, escreveu nos *Associados* do país inteiro que “seria difícil encontrar campanha mais imbecil,

mais estúpida e mais inglória" do que a campanha anti-Nassau. As repercussões favoráveis faziam-se sentir nas mais diversas latitudes. Um diretor de museu de Porto Alegre opinava que as comemorações deviam ser pomposas. E aos aplausos da colônia pernambucana no Rio juntava-se o argumento dum ex-governador do Amazonas: se comemorávamos o descobrimento do Brasil, por que não comemorarmos a chegada de Nassau?

Os diários cariocas daquele tempo estão cheios de declarações pró-Nassau prestadas pelo socialista Pedro do Couto, pelo escritor modernista Gastão Cruls e por historiadores maiores ou menores, bem como de artigos assinados por Alcides Maya, pelo recifense Múcio Leão e por mais alguns corifeus da imprensa contemporânea. Aqui no Recife escreviam Felix Mendonça, Luis Gaioso, Edmundo Jordão — que era então juiz de Direito em Garanhuns — e mais meia dúzia de entusiastas das comemorações. O professor Estêvão Pinto prelecionava, pelos jornais, que "em espírito e em sentimento, Nassau era tão pernambucano quanto Napoleão foi um francês e quanto Alexandre foi um grego". E Eustáquio Duarte, que já ensaiava os passos como historiador da Medicina, publicava no *Diário da Tarde* um estudo sobre "Nassau e os precursores da Medicina no Brasil".

Um dos escritos mais enfáticos apareceu no *Diário da Manhã*. "Nassau foi grande — lia-se ali —, indubitavelmente grande porque era, de fato, um príncipe no meio de uma multidão de burgueses (. . .) O que era pequeno era o mundo que o cercava, pequenino mundo de compra e venda, universo mesquinho de lucros e perdas". Isso era atribuído a Luiz Delgado, que, como já lembramos, exercia as funções de Secretário de Governo de Lima Cavalcanti. Dias depois, aliás, o *Diário da Manhã* recordava que, escrevendo para *Fronteras* três meses antes, Luiz Delgado confessara: "Eu amo e admiro esse homem que se aproxima de Duarte Coelho pela capacidade administrativa e pela grandeza do ânimo e do intento". Soube-se depois que não se tratava de um artigo, propriamente, mas de trechos duma conferência feita por Delgado como orador oficial do Instituto Arqueológico e cuja tese central fora a contestação da precedência atribuída a Nassau de ter introduzido aqui um regime representativo com sua assembléia de escabinos, em 1640. É curioso que *Fronteras* deixasse passar sem comentário o ardiloso destaque dado pelo *Diário da Manhã* a uns poucos tópicos dessa conferência, no evidente propósito de aliciar Delgado entre os partidários de Nassau. Parece que Lubambo e Delgado respeitavam-se mutuamente. As relações entre os dois, revelaria o segundo, "tinham períodos de paz e de guerra".

Viajando pelo "Netúnia", no dia 20 de junho, desembarcava no Recife Lima Cavalcanti e a partir dessa data a luta sustentada pelos seus dois diários definiu rapidamente. Instruções expressas do Governador foram transmitidas à direção de ambos os jornais, no sentido de que começassem a abandonar o

campo de batalha. O que teria acontecido? A campanha sustentada por *Fronteiras* fora capaz de desgostá-lo a ponto de considerar inútil qualquer esforço de redimir propósitos teimosamente desvirtuados? Dobrara-se o altivo penacho do lutador destemido, que se arremessava de corpo e alma nas pelejas que lhe pareciam dignas de ser pelejadas? Pressões bastante poderosas teriam acabado por fazê-lo ceder e desistir?

Todas essas coisas provavelmente aconteceram, e houve uma indiscrição intencional do jornalista Mário Melo que reforçou a possibilidade de se terem feito sentir forças coercitivas. Foi quando se atribuiu às hostilidades de Manuel Lombambo o recuo de Lima Cavalcanti. Acudiu Mário Melo para reivindicar essa proeza e começou alegando ter sido sua a idéia das comemorações, que o Instituto Arqueológico aprovara, tanto que começara a articular nesse sentido jornalistas e historiadores do sul do país. Mas um dia "estourou uma bomba", e a bomba tinha sido o protesto do Almirantado, provocado por uma denúncia do almirante. Raul Tavares, de que se estava cogitando de prestar homenagem aos invasores. "Não adiantaram o brilho e a força das argumentações desenvolvidas", comentaria Luiz Delgado anos depois ao lembrar o que escrevera Mário Melo. "Já estavam em ação as forças que conduziam o país ao golpe de Estado de novembro de 1937".

Mesmo sem toque de retirada, a comissão programadora das comemorações não mais voltou a reunir-se e da refrega editorial que se tinha travado acesamente continuaram apenas algumas escaramuças tripudiantes por parte de *A Cidade* e também de *Fronteiras*, que se embandeirou em arco no seu número de janeiro de 1937, com uma edição triunfante de repúdio a Nassau. Para não sair de todo desairosamente da arena o Governo do Estado anunciou que se faria um concurso de ensaios históricos sobre Maurício de Nassau. E em janeiro de 1937 o *Diário da Manhã*, para não deixar passar em branco a efeméride que se pretendia comemorar, abriu colunas para aplaudir aquele de quem Oliveira Lima dissera ter sido "um parêntese glorioso" da experiência holandesa no Brasil.

Nunca viria à luz o livro monumental imaginado por Estêvão Pinto, "enfeixando as páginas de ouro dos oito anos nassovianos", mas em 1940 o Ministério da Educação e Cultura, cumprindo a intenção que Gustavo Capanema anunciara em 1936, lançou a versão brasileira, pelo professor Cláudio Brandão, do *Rerum Per Octennium* de Barleu. Dentre outros autores igualmente lembrados por Gilberto Freyre a propósito das frustradas comemorações foi editado Hermann Watjen, com seu *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* traduzido por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, do Ginásio Pernambucano e do Instituto Arqueológico, e impresso pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, com uma tiragem especial para o governo do Estado de Pernambuco no ano imediato, aliás,

ao da destituição de Lima Cavalcanti, que tinha promovido essa edição. Mas já antes, em setembro de 1937, aparecera no Rio a hoje rara monografia *Franz Post, Seus Quadros Brasileiros*, escrita e feita ilustrar pelo embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, que fora um dos que Lima Cavalcanti pessoalmente estimulava a contribuir para as celebrações da vinda de Nassau. Em 1942, finalmente, o Museu Paulista fez a publicação da *História Natural do Brasil*, de Jorge Marcgrave, da qual se cogitara igualmente em 1936.

Nem tudo se perdera, portanto, daquela iniciativa honestamente cultural que uma xenofobia grosseira fizera malograr. O interesse suscitado, aliás, em torno das origens do Recife e de quem bizarramente as desfraldou num povoado anônimo e insignificante, teve ressonâncias incomparavelmente maiores do que as deste ano de 1979, quando se comemora o tricentenário da morte de Nassau. Em todo o caso, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais monta agora uma exposição de livros e mapas relacionados com a ocupação holandesa sem que ninguém saia em campo para acusá-lo de "cortejar a Companhia das Índias" ou de "festejar o invasor". O Governo do Estado, a Universidade Federal de Pernambuco e a Academia de Ciências da Holanda incrementaram de mãos dadas um simpósio internacional sobre Maurício de Nassau tranquilamente, isto é, sem que isso fosse qualificado como "falta de pundonor nacional" de nossa parte. Doze professores, recifenses uns, outros holandeses, preferiram conferências e os nossos não foram acusados de "macular a bravura, o orgulho e a memória nativistas". José Antônio Gonsalves de Mello, que nos idos de 1936 estava aprofundando os estudos de holandês arcaico que lhe permitiram elevar-se à condição de maior autoridade sobre a história dos flamengos no Brasil, e que é presidente, hoje, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, não foi apostrofado de "aúlico de Nassau". Nada do que se disse, afinal, inclusive no curso de conferências promovido pelo admirável diretor do Arquivo Público Estadual, Mauro Mota, foi interpretado como "glorificação do príncipe caixeiro", do "pirata", ou dos "patifes" e das "aves de rapina" com os quais se teria identificado em Pernambuco.

Mudaram os tempos, graças a Deus. Quarenta anos depois da desordem mental que se implantou à custa duma apaixonada contrafação de propósitos legítimos, superamos afinal a nossa rusticidade ainda recente e podemos meditar com sossego sobre alguns dos mais expressivos valores do patrimônio cultural da nossa herança histórica.



Renato Carneiro Campos - Foto de Rucker Vieira

